



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 424/2021

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

UNIDADE: Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo
- FLORESTAL

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de documentos e providências relativas a concessão de visitação pública do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR. Objeto não abrangido pela LAI. Não conhecimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 424/2021

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - FLORESTAL, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para solicitação de documentos e providências relativas a concessão de visitação pública do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR.
2. Em resposta e em recurso, mesmo que uma parte do pedido não era inerente ao objeto da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), o órgão respondeu ao interessado e encaminhou os documentos que dispunha. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175 de 18 de março de 2015.
3. No caso em apreço, observa-se que o pedido inicial continha uma série de solicitações, dentre as quais, apenas a primeira solicitação era inerente ao objeto da referida Lei de Acesso à Informação - LAI, e o órgão enviou para o interessado as informações que dispunha. Já em recurso de 1ª e 2ª instância, o solicitante realizou outros pedidos, que não são abrangidos pela referida Lei federal nº 12.527/2011. Nesse sentido, importa notar que o SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, em estrita observância ao disposto no artigo 7º da LAI.
4. Cabe também salientar que a Ouvidoria Geral do Estado acompanha o entendimento fixado pela Controladoria Geral da União onde assevera que *"a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de*

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado



indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).

5. Assim, considerando que o o presente pedido não se trata de demanda recursal motivada por acesso à informação, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20, I a IV, do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 27 de outubro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado